Sumário

1. Introdução, 25

2. Importância do tema, 26

2.1 Da utilidade e aplicabilidade prática nas relações jurídicas, 27

Capítulo I

A OBRA INTELECTUAL E A PRODUÇÃO CINEMATOGRÁFICA

1. **Cinema. Indústria Cinematográfica e Filme. O Cinema sob a Ótica do Empreendimento Comercial. Produtor – Empreendedor Cinematográfico**, 29

2. **Etapas da Produção. Processo de Filmagem. Edição Cinematográfica. Obra Concluída: Último Corte**, 30

2.1 Publicação da Obra, 31

2.2 Produção, Distribuição, Exibição, 31

2.3 Locais de Freqüência Coletiva, 32

3. **O que é Obra Audiovisual, Película e Obras Análogas**, 32

3.1 Seqüência de Movimentos, 32

3.2 Obra Audiovisual: Obra Intelectual e Direitos Intelectuais, 33

3.2.1 Obra intelectual, 33

3.2.2 Direitos intelectuais, 33

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3.3 Distinção Entre Película Cinematográfica e Obra Audiovisual. Diferenças entre *Corpus Mysticum* e *Corpus Mechanicum*. Suporte Material e Direitos Patrimoniais, 34

3.3.1 Suporte físico: *corpus mechanicum*, 34

3.3.2 Criação intelectual sem suporte físico: *corpus mysticum*, 34

3.3.3 Modalidade econômica e suporte físico ou material, 34

3.3.4 Modalidade de utilização, 35

3.3.5 Autorização expressa a cada modalidade de utilização, 36

3.3.5.1 Princípio da independência das modalidades de utilização — autores e titulares de direitos, 36

3.3.6 Suporte físico ou material, 36

3.4 Conceito Legal de Obra Audiovisual e Obra Audiovisual Cinematográfica, 36

3.4.1 Espécies de obra audiovisual, 37

3.5 Obras Análogas à Cinematográfica e Diferenças Pontuais, 41

3.5.1 Sinônimos contestados, 41

3.5.2 Distinções artísticas e técnicas nas espécies do audiovisual, 41

3.5.3 Diferenças entre obra cinematográfica e televisiva, 41

3.5.4 De criação colaborativa, 43

3.5.5 A cinematografia e a obra teatral, 44

3.5.6 Teleteatro, 44

3.5.7 Radiodifusão audiovisual, 44

3.5.8 Obra audiovisual de animação, 44

3.6 Da Legislação Aplicável, 45

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3.6.1 Contratações no Brasil: Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, 45

3.6.2 Contratações entre pessoas de países unionistas (membros da Convenção de Berna), 46

3.7 Ampliação da Proteção pelo Conceito Audiovisual, 50

4. **Obra Audiovisual Cinematográfica. Obra de Autoria Plúrima. Natureza Jurídica**, 50

4.1 Co-Autoria de Pluriautoria, 50

4.1.2 Natureza jurídica, 51

4.1.2.1 Teoria dos autores múltiplos, 51

Capítulo II

DO CONTRATO DE PRODUÇÃO DE OBRA AUDIOVISUAL CINEMATOGRÁFICA

1. **A Importância do Contrato na Produção Cinematográfica**, 57

2. **Conceito. Dicotomia. Contrato de Produção de Obra Audiovisual Cinematográfica**, 61

3. **Sujeitos da Criação da Obra Audiovisual Cinematográfica. Nomenclatura Técnica da Cinematografia. Identificação da Participação e da Individualização da Autoria de Cada Personagem Criador Perante a Obra Audiovisual Cinematográfica. Sujeitos em Destaque. Legitimação Legal**, 61

4. **Identificação das Partes Contratantes: Criadores Intelectuais e Produtor. Um Enfoque dos Sujeitos Principais nas Relações Contratuais da Produção de Obra Audiovisual Cinematográfica**, 67

4.1 Os Direitos Exclusivos na Produção Audiovisual, 73

4.2 Direitos e Obrigações do Diretor, 81

4.3 Direitos e Obrigações do Produtor, 83

4.4 Direitos do Editor e Direitos do Produtor. Um Paralelo, 87

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

5. **Classificação Geral do Contrato de Produção de Obra Cinematográfica**, 91

Capítulo III

A DISCUSSÃO DA TITULARIDADE NO CONTRATO DE PRODUÇÃO DE OBRA AUDIOVISUAL CINEMATOGRÁFICA. FORMAS, POSSIBILIDADES E LIMITES DE TRANSFERÊNCIA DE DIREITOS AUTORAIS

1. **Autoria e Titularidade. Conceito e Distinções. Espinha Dorsal na Contratação de Direitos Autorais. Os Direitos Autorais Decorrentes de Cada Tipo de Contratação. Abordagem Sobre a Composição Mista dos Direitos Autorais, Direitos Morais e Patrimoniais**, 97

   1.1 Conceito De Autor, 98

   1.2 Conceito De Autoria, 98

   1.3 Co-Autoria, 99

   1.4 Titularidade, 100

2. **A Titularidade no Contrato de Produção de Obra Audiovisual Cinematográfica Perante a Lei n. 5.988/73 e a Lei n. 9.610/98 Alterações. A Titularidade Originária e Derivada**, 105

3. **A Produtora Cinematográfica e a Criação Intelectual. Natureza Jurídica da Pessoa Jurídica. Teorias Relativas às Possibilidades de Aquisição de Direitos de Autor Pela Pessoa Jurídica**, 108

4. **A Determinação da Titularidade nos Regimes Contratuais Inerentes à Produção de Obra Audiovisual Cinematográfica. Relações de Encomenda**, 129

5. **As Formas Contratuais de Transferência de Direitos Autorais: Cessão, Concessão e Sucessão de Direitos Autorais**, 134

   5.1 A Importância da Cessão Legal de Direitos Autorais Patrimoniais ao Produtor. O Incentivo ao Desenvolvimento da Cultura e do Cinema. O Direito de Exploração Econômica da Obra. Possibilidades de Conflitos na Relação entre Criadores e Produtores Perante o Exercício da Titularidade Patrimonial do Produtor, 138

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

6. **Limites da Propriedade Intelectual Perante a Película e a Obra Cinematográfica**, 141

6.1 Direitos Morais. A Exclusividade do Diretor Perante a Obra Audiovisual Cinematográfica, 141

6.2 A Exclusividade de Exploração Econômica do Produtor. Limites. Propriedade Relativa, 142

6.3 Domínio Público. Obra Audiovisual Cinematográfica. Titularidade, 143

6.4 Adquirente de Original ou Exemplar – Fita Master. Limites da Propriedade, 144

6.5 Da Utilização Econômica da Obra Cinematográfica. Formas de Comercialização e Exploração Econômica. Limites do Titular Derivado, 145

7. **A Discussão Sobre a Titularidade de Direitos Autorais em Fases Negociais. A Importância das Cláusulas Contratuais Referentes à Titularidade de Direitos de Autor no Instrumento de Confidencialidade, no Pré-Contrato**, 146

8. **A Repercussão da Definição da Titularidade Sobre a Obra Audiovisual Cinematográfica nos Demais Negócios Jurídicos Correlatos à Produção Audiovisual. Breve Menção Sobre o Objeto e Sujeitos de Alguns Desses Contratos**, 149

Capítulo IV

O REGIME DA OBRA COLETIVA NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO

1. **A obra coletiva sob a vigência da Lei n. 5.988/73** 151

2. **A obrigatoriedade da individualização das participações criativas no regime jurídico brasileiro da obra coletiva** 153

3. **A possibilidade do surgimento de um regime misto** 154

4. **Características da obra coletiva no regime jurídico brasileiro** 156

4.1 Elementos essenciais cumulativos à caracterização da obra coletiva 156

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

4.2 Princípios inerentes ao regime jurídico 156

4.3 Direitos e garantias na LDA/98 156

5. Proposta de classificação da natureza jurídica do regime da obra coletiva no sistema jurídico brasileiro 157

Capítulo V

JURISPRUDÊNCIA E DIREITO COMPARADO

1. Decisões em Conflitos de Titularidade Gerados na Produção de Obra Audiovisual Cinematográfica, 151

1.1 Decisões do Conselho Nacional de Direito Autoral, 151

1.2 Decisões do Poder Judiciário, 153

Capítulo VI

BREVE ANÁLISE DOS ELEMENTOS FORMADORES DA TITULARIDADE NAS LEGISLAÇÕES FRANCESA, ITALIANA, NORTE-AMERICANA E PORTUGUESA

1. Lei Francesa: Lei n. 92.597, de 1º de julho de 1992, Emendada pela Lei n. 97.283, de 27 de março de 1997, 155

2. Legislação Italiana: Lei n. 633, de 22 de abril de 1941, Emendada pelo Decreto-Lei n. 154, de 26 de maio de 1997, 156

3. Legislação Norte-Americana: ***Copyright Law of United States***, 158

4. Legislação Portuguesa: Código de Direito de Autor e dos Direitos Conexos, Aprovado pelo Decreto-Lei n. 63/85, de 14 de março, Alterado pelas Leis n. 45/85, de 17 de setembro, e n. 114/91, de 3 de setembro, com Última Alteração Pelo Decreto-Lei n. 334/97, de 27 de novembro de 1997, 158

Capítulo VII

CONCLUSÃO

1. Introdução, 159

2. Fundamentos da Co-Autoria. O Determinismo das Obras Realizadas pelo Trinômio Diretivo da Obra Audiovisual Cinematográfica, 161

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3. **O Sistema Brasileiro. Autoria e Co-Autoria**, 163

4. **Elementos Caracterizadores de um Autor**, 166

5. **Pessoa Jurídica como Autor**, 169

6. **A Produtora Cinematográfica e a Titularidade** 181

7. **Limitações da Titularidade do Produtor Cinematográfico** 189

8. **Síntese** 190

ANEXOS

Decreto n. 82.385, de 05 de outubro de 1978: Arts. 1º ao 66, 193

Lei n. 5.988, de 14 de dezembro de 1973: Arts. 1º ao 134, 201

Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998: Arts. 1º ao 115, 221

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, 241

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br